



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682304 - SC (2021/0232094-1)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR  
CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)  
**IMPETRANTE** : CARLOS GIACOMO JACOMOZZI  
**ADVOGADOS** : CARLOS GIACOMO JACOMOZZI - SC041498  
VITÓRIA MARCHETTI FILLA - SC058089  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : JOZIEL DEMBINSKI  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário com pedido de liminar impetrado em favor de JOZIEL DEMBINSKI contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5013710-27.2021.8.24.0000).

O paciente está preso preventivamente desde o dia 06 de julho de 2021, em decorrência do cumprimento de mandado de prisão expedido nos autos n.5013710-27.2021.8.24.0000, em tramite na 2ª Câmara Criminal do TJSC, face a suposta prática de crimes de fraudes e dispensas indevidas de licitação, peculato e corrupção ativa e passiva envolvendo o atual prefeito do Município de Bela Vista do Toldo/SC

A defesa sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que não foi realizada audiência de custódia do paciente e o pedido de revogação da prisão preventiva foi negado pelo Tribunal de origem.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja dada a imediata soltura do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, observa-se que foram declinados os fundamentos para justificar a manutenção da custódia cautelar do paciente (e-STJ fl. 100):

*A questão atinente à ausência de realização de audiência de custódia não reflete o atual estado de liberdade de Joziel Dembinski.*

*De fato, apesar de a ordem de prisão preventiva ter sido cumprida em 6.7.21, não foi realizada a solenidade consistente na apresentação do preso à Autoridade Judiciária.*

*Isso se deve, porém, à falta de regulamentação acerca da realização de tais audiências na região onde o Investigado foi preso durante o período de pandemia de Covid-19.*

*A Resolução Conjunta 17/20, do Gabinete da Presidência e da Corregedoria-Geral de Justiça, determinou a suspensão da realização das audiências de custódia no Estado para evitar a propagação da Covid-19 (art. 11, VI), e o fez com amparo, inclusive, na Recomendação*

62/20 do Conselho Nacional de Justiça (art. 8º).

A norma está em vigor desde 3.8.20.

Houve, quanto às prisões realizadas na Região Metropolitana de Florianópolis, regulamentação posterior que viabilizou a realização das solenidades por videoconferência nas prisões efetuadas "nas comarcas de Biguaçu, da Capital, de Palhoça, de São José e de Santo Amaro da Imperatriz" (art. 1º, caput, da Resolução 10/21, do Conselho da Magistratura).

Como, todavia, a prisão de Joziel Dembinski foi levada a efeito em Bela Vista do Toldo (Município pertencente à Comarca de Canoinhas), a ausência de regulamentação que dispusesse sobre a realização da solenidade, a atual suspensão das audiências e a insuficiência de aparelhamento que possibilitasse atender a Resolução 329/20 do Conselho Nacional de Justiça impediram a implementação do ato quanto a este Investigado.

Note-se, além disso, que a regularidade formal do cárcere é independente das circunstâncias em que o cumprimento da ordem se deu, pois a lisura dos fundamentos do comando judicial que determinou a custódia preventiva não tem relação com o modo como ele é executado. Dito de outro modo, ainda há ordem de prisão contra Joziel Dembinski, porque até o momento a determinação do Evento 14 não foi revogada.

Mesmo que a ele fosse restituída a liberdade por não ter sido realizada a audiência de custódia, ele seria, em seguida, imediatamente reconduzido ao cárcere, por conta da ordem de prisão válida expedida em seu desfavor. É inviável, portanto, qualquer providência quanto a este tema no que diz respeito à liberdade de locomoção do Investigado.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência